

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS: Perspectivas do Turismo Rural em Porto Vera Cruz/RS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16034>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 22/7/2024

Darlan Ariel Prochnow<sup>1</sup>; Carla Raquel Adams Osinski<sup>2</sup>; Euselia Pavaglio Vieira<sup>3</sup>;  
Edemar Rotta<sup>4</sup>; Isabela Tsutiya Andrade<sup>5</sup>; Nelson José Thesing<sup>6</sup>

### RESUMO

A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) se constitui como referencial teórico/metodológico convergente com a abordagem territorial do desenvolvimento. Assim, a CBST estuda a oferta articulada de produtos e serviços que valorizem recursos específicos de territórios rurais, a partir de um sistema de governança formado por atores públicos, privados e associativos. Entre as atividades com potencial de compor uma CBST está o turismo rural, que pode ser compreendido como uma estratégia relevante para o desenvolvimento territorial, ao impulsionar diversos setores da cadeia produtiva local e estimular uma cesta variada de produtos e serviços. Considerando estes apontamentos, a presente pesquisa tem, como objetivo, analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no município de Porto Vera Cruz/RS. A metodologia da pesquisa é qualitativa. Para a coleta de dados optou-se pelas entrevistas em profundidade, com os dados sendo interpretados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostram que o turismo rural possui importante potencial no desenvolvimento territorial do município estudado, de forma destacada pelos investimentos do poder público no setor turístico e pela presença de belos cenários naturais, como o Salto do Roncador, onde foi constatada a associação do turismo rural com uma variedade de serviços, como trilhas ecológicas e passeios de barco. Não há, contudo, vinculação do turismo rural com produtos de qualidade, como os provenientes de agroindústrias familiares, fazendo-se necessária a concepção de um sistema de governança territorial para a articulação e ativação dos recursos territoriais que podem constituir a CBST em Porto Vera Cruz/RS. Neste sentido, os resultados deste estudo fornecem uma análise, até então pouco explorada pela literatura disponível, acerca do potencial turístico em áreas rurais de Porto Vera Cruz, de forma especial por perspectivar a construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

**Palavras-chave:** desenvolvimento territorial; turismo rural; sustentabilidade.

<sup>1</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3699-074X>

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Cerro Largo/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8092-6254>

<sup>3</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5927-2703>

<sup>4</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Cerro Largo/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1608-7078>

<sup>5</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-9798-7618>

<sup>6</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>

**TERRITORIAL DEVELOPMENT THROUGH THE CONSTRUCTION OF A BASKET OF GOODS AND SERVICES: PERSPECTIVES OF RURAL TOURISM IN PORTO VERA CRUZ/RS**

**ABSTRACT**

The Basket of Territorial Goods and Services (CBST) constitutes a theoretical/methodological framework that converges with the territorial approach to development. Thus, CBST studies the coordinated offer of products and services that value specific resources in rural territories, based on a governance system formed by public, private and associative actors. Among the activities with the potential to make up a CBST is rural tourism, which can be understood as a relevant strategy for territorial development, by boosting different sectors of the local production chain and stimulating a varied basket of products and services. Considering these notes, the present research aims to analyze how products and services, linked to rural tourism, can make up a Basket of Territorial Goods and Services in the municipality of Porto Vera Cruz/RS. The research methodology is qualitative. For data collection, in-depth interviews were chosen, with the data being interpreted using the content analysis technique. The results show that rural tourism has important potential in the territorial development of the municipality studied, highlighted by the investments of public authorities in the tourism sector and the presence of beautiful natural settings, such as Salto do Roncador, where the association of rural tourism was found with a variety of services, such as ecological trails and boat trips. However, there is no link between rural tourism and quality products, such as those from family agribusinesses, making it necessary to design a territorial governance system for the articulation and activation of territorial resources that can constitute the CBST in Porto Vera Cruz/RS. In this sense, the results of this study provide an analysis, hitherto little examined in the available literature, about the tourist potential in rural areas of Porto Vera Cruz, especially by considering the construction of the Basket of Territorial Goods and Services.

**Keywords:** territorial development; rural tourism; sustainability.

## INTRODUÇÃO

O turismo rural tem se destacado como um promotor do desenvolvimento territorial, em relação à possibilidade de inclusão social, assim como do desenvolvimento de áreas deprimidas economicamente. O turismo rural, portanto, pode ser compreendido como uma atividade relevante para o desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, ao estimular diversos setores da cadeia produtiva local e formar uma cesta variada de bens e serviços, englobando bebidas, alimentação, hospedagem, entre outros atrativos (Silva; Grechi; Carneiro, 2022). Destacado como recorte geográfico deste estudo, o município de Porto Vera Cruz/RS localiza-se no Noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira entre Brasil e Argentina.

Esse município, de acordo com informações dos últimos censos, contava com população de 1.852 habitantes em 2010, passando a 1.560 habitantes em 2022, com uma área de 114,284 km<sup>2</sup> (IBGE Cidades, 2014). A redução populacional de 16%, enquanto o Estado do Rio Grande do Sul apresentou leve aumento da população nesse mesmo período, mostra que Porto Vera Cruz convive com o êxodo de seus habitantes para outras regiões, principalmente o êxodo rural contemporâneo, visto que o município é essencialmente agrícola, destacando-se pela agricultura familiar (Hein; Silva, 2019).

Além disso, o último censo aponta que 58% dos moradores do município possuem faixa etária acima dos 50 anos, retratando o envelhecimento de grande parte de sua população (IBGE Cidades, 2014). Deste modo, é substancial que estratégias de desenvolvimento territorial sejam alicerçadas, objetivando manter a população, principalmente os jovens, atraídos pelas oportunidades que as qualidades deste território podem proporcionar. Isso porque um dos pontos importantes a se considerar na perspectiva do desenvolvimento territorial refere-se justamente

ao aproveitamento das especificidades de cada localidade ou território e ao pleno aproveitamento das suas potencialidades (Campanhola; Silva, 2000).

Nesse sentido, o município de Porto Vera Cruz apresenta um contexto histórico significativo, posto que, no século 16, foi um dos cenários da Batalha de M’Bororé, na qual índios guaranis, que habitavam as reduções dirigidas pelos jesuítas, derrotaram os bandeirantes. Além disso, o município em questão possui um potencial turístico significativo, porém ainda não completamente examinado, especialmente em se tratando de áreas rurais, indicando possibilidades de desenvolvimento pela valorização de bens e serviços associados ao turismo rural (Bertê *et al.*, 2016; Machado; Miguel; Tonin, 2022).

Assim sendo, com a diversificação da oferta de bens e serviços, é possível conceber uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais que agregue valor ao turismo rural, beneficiando não apenas os visitantes, mas também a comunidade local. Uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais pode ser caracterizada como a articulação de ações mercantis e não mercantis entre atores locais dos setores público e privado, com o objetivo de criar uma oferta de atributos territoriais com potencial de apoiar o desenvolvimento territorial (Cazella *et al.*, 2020, Capellesso *et al.*, 2022). Assim, o presente estudo tem, como objetivo, analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no município de Porto Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

Para a elaboração deste estudo recorreu-se à pesquisa bibliográfica e entrevistas em profundidade. Por conseguinte, o artigo está estruturado em três seções. Além desta introdução, a primeira seção apresenta os referenciais teóricos do enfoque teórico/metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, concebido na França e atualmente estudado também no Brasil, e do turismo rural como ferramenta de desenvolvimento territorial. Na segunda seção são apresentados os procedimentos metodológicos. Na terceira seção são destacados os principais resultados da pesquisa. Na sequência são expostas as considerações finais.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta os principais referenciais teóricos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e do turismo rural como estratégia de desenvolvimento territorial.

### Enfoque teórico/metodológico da cesta de bens e serviços territoriais

Até os anos 80 do século 20, os estudos sobre o desenvolvimento entendiam o território como sendo o simples espaço de suporte das atividades econômicas. Neste sentido, o território rural servia como base para a dinâmica econômica representada por *commodities*, excluindo os atores locais do protagonismo na construção social de mercados. A necessidade de incorporar elementos sociais, culturais, políticos e ambientais foi introduzida pela concepção dos estudos sobre os distritos industriais italianos e incorporada a outros estudos a partir dos anos 90 (Pecqueur, 2001; Carrière; Cazella, 2006).

Ainda nessa década a abordagem do desenvolvimento territorial incorporou, em meados dos anos 90, os conceitos de sustentabilidade, redes multiatores e de intercooperações para compreender a realidade por meio de estudos empíricos (Cazella *et al.*, 2020).

Nesse contexto, Pecqueur (2001) e Mollard (2001) elaboraram a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, nos anos 90, com o objetivo de analisar iniciativas de atores locais que articulam ações mercantis e não mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais, que valorizem o saber-fazer, o patrimônio histórico/cultural e o ambiente natural (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001).

Nesta abordagem, coloca-se no centro dos processos de desenvolvimento os produtos e serviços típicos e de qualidade diferenciada de territórios rurais, a partir de um sistema de governança territorial composto por atores públicos, privados e associativos. Essa composição de elementos e atores, somada às externalidades positivas do território resulta na geração de uma renda de qualidade territorial, a qual beneficia diferentes setores produtivos e de prestadores de serviços ali presentes (Cazella *et al.*, 2020).

O estudo pioneiro que resultou no enfoque da CBST desenvolveu-se nos anos 90 na região de Baronnies, a qual se localiza no Departamento de Drôme, sul da França. Esse território é caracterizado por uma região montanhosa, com cerca de 30 mil habitantes, o qual foi excluído do processo de modernização da agricultura e marginalizado economicamente entre os anos 60-70. Essa situação, entretanto, passou a ser revertida em meados dos anos 80, com a valorização, pelos turistas, de aspectos como residências secundárias em zonas rurais de baixa densidade demográfica e elevada biodiversidade, além de atributos ligados às características do território rural como paisagens, relevo montanhoso, silêncio, fauna, flora, patrimônio arquitetônico preservado, tradição de produtos típicos como o óleo de oliva, além de serviços públicos e privados de qualidade (Hirczak *et al.*, 2008).

As pesquisas sobre o aumento na renda do território da região de Baronnies, atribuída aos produtos e serviços de qualidade superior, resultaram no processo de formulação do modelo de Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Deste modo, a conexão entre produtos e serviços públicos e privados de qualidade faz com que a renda obtida no território seja mais elevada do que a renda obtida pela comercialização dos produtos e serviços de forma isolada. Assim, o ponto máximo de maturação de um território rural reside na geração de uma Renda de Qualidade Territorial (RQT), definida como a combinação da qualidade intrínseca do produto ou serviço, ancorado em um local específico, com seu patrimônio histórico e cultural (Hirczak *et al.*, 2008; Dorigon, 2022).

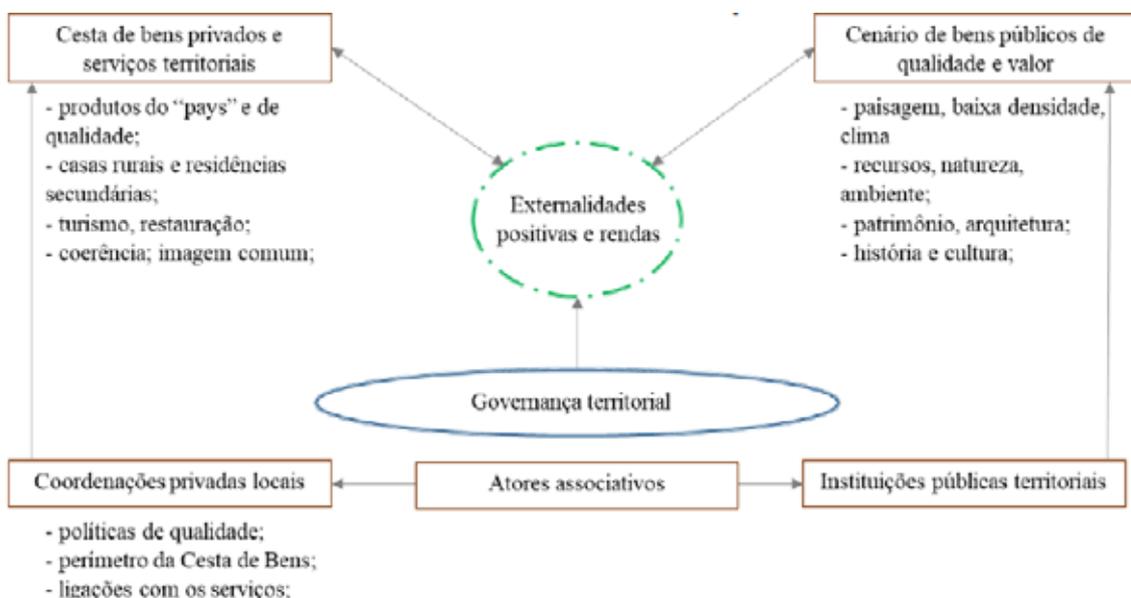
A partir da aquisição de um produto ou serviço ligado ao território, o consumidor descobre a qualidade de outros produtos e serviços resultantes da produção local e determina sua utilidade, não apenas referente a esse produto, mas também sobre o conjunto dos bens e serviços oferecidos. Por trás desta cesta de bens e serviços complementares, o consumidor está de fato comprando a reputação de qualidade do território e suas características. Trata-se de uma combinação de bens privados e públicos que contribuem para a criação de uma imagem geral positiva do território (Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022).

Com base em estudos de caso realizados em diversos territórios franceses ao longo de dez anos, pesquisadores construíram a tipologia da CBST e perceberam que, na realidade, se constatam arranjos de cestas de bens e serviços diferentes nos territórios, cada uma com suas particularidades quanto à composição e organização dos elementos. Em pesquisas mais recentes, os pesquisadores envolvidos na elaboração da abordagem da CBST correlacionam o modelo de desenvolvimento territorial da cesta de bens e serviços com os preceitos da sustentabilidade, sobretudo no que se refere à dimensão do meio ambiente. Assim, a CBST não possui

compatibilidade com territórios marcados pela degradação ambiental, onde se tenham erodido as características naturais do cenário (Cazella *et al.*, 2020).

De acordo com Hirczak *et al.* (2008), a Cesta de Bens e Serviços Territoriais é formada por três elementos: (a) bens e serviços complementares, que possuem uma origem comum no território e uma imagem coerente associada a este, dificilmente substituíveis por bens genéricos; (b) um modelo de governança territorial colaborativa constituído a partir de laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar na venda direta de produtos, na gastronomia e no turismo ligado aos diversos tipos de patrimônio territorial; (c) bens públicos que desempenham um papel de “cenário” e que colocam os produtos e serviços em cena. Esses bens referem-se à paisagem e biodiversidade e ao patrimônio histórico/cultural (arquitetura, gastronomia, monumentos, história do território). A Figura 1 mostra os componentes e articulações entre atores na constituição de uma CBST.

Figura 1 – Componentes e articulações da CBST



Fonte: Cazella *et al.*, 2020.

Conforme exposto na Figura 1, a governança territorial é fator importante na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013, p. 331) caracterizam a governança territorial como “iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”. Assim, compreende-se a governança do território como elemento central na construção da CBST.

Nos 20 anos de existência, muitos avanços foram efetuados com o objetivo de aprimorar o modelo de análise, tarefa que foi desempenhada por meio de estudos de caso, parte deles realizados em outros países, inclusive no Brasil. Ao analisar e adotar o enfoque em realidades brasileiras, entretanto, algumas reflexões são necessárias diante das diferenças socioeconômicas. Entre essas estão os temas da inclusão social, geração de renda de qualidade territorial, sustentabilidade, sistemas de governança territorial e formação de atores sociais acerca do desenvolvimento territorial sustentável (Cazella *et al.*, 2020).

Pelo exposto, percebe-se que a Cesta de Bens e Serviços Territoriais representa uma importante ferramenta de análise e construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Para que uma CBST seja construída, é fundamental que se constitua um sistema de governança territorial colaborativa. Além disso, a CBST se constitui em torno de um produto ou serviço “líder”, como o turismo rural, tema abordado na próxima subseção.

## TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os estudos recentes sobre o desenvolvimento rural têm procurado novas abordagens teóricas, especialmente para dar conta das questões relacionadas à sustentabilidade social, econômica e ambiental e à participação dos atores. Para incorporar as dimensões da sustentabilidade, os pesquisadores vêm propondo que o desenvolvimento rural passe a evidenciar os territórios e suas dinâmicas. Esse interesse percebe-se, principalmente, nas tentativas de diversos estudiosos em explicar o desenvolvimento, tanto social quanto econômico, ascendente de algumas regiões rurais e o declínio de outras regiões por meio da compreensão da sua configuração espacial. Nesse contexto, a abordagem territorial surge como uma percepção que permitiria explicar o papel do contexto e do espaço social como fatores de desenvolvimento (Schneider; Tartaruga, 2004).

Em projetos de desenvolvimento territorial, o turismo rural abriu um campo teórico e conceitual, consolidando sua interface com a Geografia. Desta forma, o crescimento do interesse pelo turismo rural, aliado à recente expansão da oferta de turismo no espaço rural brasileiro, são aspectos que revelam sua popularização e sua divulgação em variados meios de comunicação. Por conseguinte, o uso da expressão “turismo rural” vem se fortalecendo, de modo que não é incomum a utilização aleatória e por muitas vezes indevida deste conceito (Candiotto, 2010).

Por conseguinte, o turismo rural possui limites difusos em sua conceituação. Pode-se afirmar, entretanto, que corresponde a uma combinação interligada de organizações que contemplam diferentes ramos de atividades, lugares, relações, estratégias e utilização de recursos por parte de empreendedores, que, em virtude dos variados contextos espaço-temporais e necessidades da procura, buscam se reinventar para se adequar e estimular um promissor mercado movido à venda do consumo de experiências, à cocriação e compartilhamento de valores. Dinâmicas de inovação no turismo são cercadas por inúmeros aspectos objetivos e subjetivos e, desta forma, muitas possibilidades de expansão de abrangência conceitual e sua aplicação empírica. Neste contexto, o turismo destaca-se na promoção da inovação sustentável no meio rural (Aires; Costa; Brandão, 2023; Toselli; Takáts; Traverso, 2020).

Ainda em termos de definição, o turismo rural pode ser entendido de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2024) como um tipo de atividade turística na qual a experiência do visitante está atrelada a uma ampla variedade de produtos e serviços geralmente relacionados a atividades vinculadas à natureza, ruralidade, agricultura, cultura, pesca e passeios turísticos. Conceito similar a este é proposto pelo Ministério do Turismo: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Brasil, 2010, p. 18).

Assim, o turismo rural surge como uma alternativa turística que se caracteriza essencialmente por ser desenvolvido no meio rural e baseado em princípios ambientais, sociais, culturais e econômicos. Esses princípios exaltam o turismo como uma atividade de natureza territorial, que tem relação direta com as pessoas, sua organização social e cultural, seus vínculos interinstitucionais e com o meio ambiente. Uma das principais características dos novos territórios rurais é sua crescente heterogeneidade, impulsionada pela diversificação da demanda da sociedade pelo campo e se expressa no que tem sido chamado de “multifuncionalidade”, termo que amplia a visão produtiva tradicional do setor agrícola e leva à revalorização do território a partir de novas perspectivas produtivas (Pérez, 2010).

Neste sentido, o meio rural tem passado por mudanças significativas ao longo dos anos, com um cenário em constante transformação. Entre essas evoluções destaca-se a crescente inserção de atividades não agrícolas como uma importante fonte de renda adicional para os produtores rurais, uma vez que atividades tradicionais, como a agricultura intensiva e a pecuária, não geram renda suficiente para a manutenção das famílias no campo (Santos; Alves; Dewes, 2021; Souza, 2020).

As discussões sobre o processo de modernização da agricultura ressaltam que o modelo de desenvolvimento favoreceu a agricultura intensiva em detrimento da agricultura familiar. Na década de 90, entretanto, ocorreu um processo de revalorização da agricultura familiar, o qual resultou em políticas públicas de programas e projetos orientados para a diversificação da agricultura familiar. Entre eles, pode-se destacar o Pronaf, PAA, Pnae e os territórios rurais e de cidadania. Nesse contexto, estratégias como turismo rural tornam-se alternativa para os agricultores familiares, com o respectivo apoio do setor público (Kloster; Cunha, 2014).

O ambiente rural, portanto, tem se adaptado às demandas do mundo contemporâneo, buscando por alternativas para enfrentar os desafios do mercado, mudanças climáticas, flutuações nos preços dos produtos agrícolas e outros fatores que impactam diretamente a renda dos agricultores. A inclusão de atividades não agrícolas, como o turismo rural, artesanato, agroindústria, serviços de hospedagem, entre outras, tem se revelado uma estratégia importante para complementar os ganhos obtidos com a produção agrícola tradicional (Oliveira *et al.*, 2023).

As áreas rurais vêm despertando o interesse dos turistas, os quais são atraídos pelo modo de vida, pela atividade produtiva e pela natureza que diferem da paisagem e estilo de vida urbano. Assim, nota-se que o espaço rural acolhe diversos segmentos, com estes sendo usados como alternativa para valorizar o patrimônio histórico, as paisagens e a cultura do ambiente. O território turístico, ao ser concebido, corresponde a uma apropriação do espaço de vida e das relações nele existentes (Kloster; Cunha, 2014).

Os autores ressaltam que, para a introdução da atividade de turismo rural em determinado espaço, é necessário estudar os impactos territoriais que a atividade turística causará, sejam impactos positivos ou negativos, nas diversas dimensões sociais da vida comunitária: econômica, social e cultural. Para o estudo dos impactos deve-se observar experiências da introdução do turismo em outros territórios, levando-se em consideração que os territórios se diferenciam uns dos outros de acordo com os elementos endógenos (Kloster; Cunha, 2014).

No que diz respeito ao escopo deste estudo, ou seja, o turismo rural em município de fronteira, Bosa (2019) parte da premissa de que a fronteira é, ao mesmo tempo, ferramenta

de legitimação do Estado e espaço de integração entre povos. O autor afirma ainda que, em determinados casos, a fronteira é como um locus de integração e intercâmbio social e paisagístico, por isso pode ser considerada como uma raia, em que qualquer relação entre povos e territórios vizinhos é determinada por um elo em comum entre eles, citando o caso da fronteira localizada entre Derrubadas-RS (Brasil) e El Soberbio – Misiones (Argentina).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo da pesquisa foi analisar como bens e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no município de Porto Vera Cruz/RS. Para isso, no que se relaciona à metodologia, constata-se primeiramente que é uma pesquisa descritiva. Michel (2005) esclarece que a pesquisa descritiva visa a explicar fatos e fenômenos da vida real com precisão, assim como, nesta pesquisa, é descrito como o turismo rural pode influenciar a construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

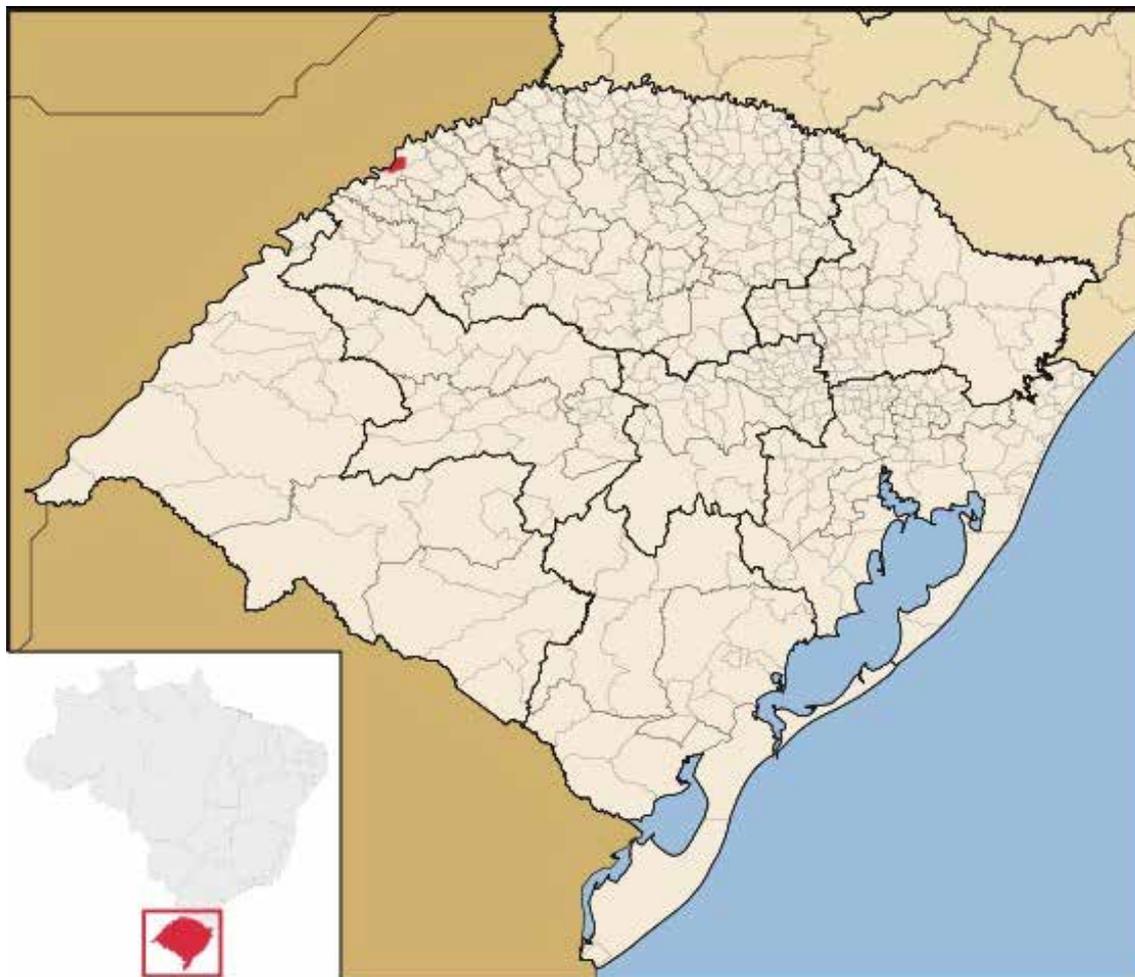
Além disso, ressalta-se que a abordagem da pesquisa é do tipo qualitativa. Para Minayo (2012), os pesquisadores empregam a pesquisa qualitativa com interesse no aprofundamento, na abrangência e na diversidade do processo de compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política pública ou de uma representação, colocando esses diferentes enfoques à luz das teorias que embasam suas indagações.

O procedimento técnico adotado foi a entrevista em profundidade, tendo como participantes atores locais do município de Porto Vera Cruz/RS, observando-se que estes entrevistados representam os setores público (1) e privado (1) do município em questão, além de agricultores familiares (2). A entrevista em profundidade é uma técnica de coleta de dados, por meio da qual o pesquisador coloca-se diante do participante, para quem faz perguntas tendo o objetivo de obter informações que contribuam para a pesquisa. Neste sentido, a entrevista em profundidade tem um caráter subjetivo, o que torna fundamental que toda interpretação deva levar em consideração a perspectiva da pessoa entrevistada. É neste aspecto que as entrevistas em profundidade se apresentam como mais pertinentes e pretendem aproximar-se da realidade social e das representações que o eleitor constrói dela (Veiga; Gondim, 2001).

As categorias de análise de conteúdo (Bardin, 2011) das entrevistas em profundidade contemplam as três dimensões da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, ou seja, a oferta de bens e serviços privados de qualidade; oferta de bens públicos de qualidade e o sistema de governança territorial (Pecqueur, 2001). Além disso, os entrevistados foram questionados sobre o turismo rural em Porto Vera Cruz/RS, bem como a articulação desta atividade com produtos e serviços de qualidade territorial.

O território analisado diz respeito ao município de Porto Vera Cruz, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. A Figura 2 mostra a localização de Porto Vera Cruz/RS.

Figura 2 – Porto Vera Cruz/BR (em destaque no mapa do RS)



Fonte: Abreu. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1143442>.  
Acesso em: 23 mar. 2024.

A próxima seção apresenta e discute os resultados da pesquisa bibliográfica e das entrevistas em profundidade, estabelecendo um diálogo com outros estudos que tratam sobre a abordagem territorial do desenvolvimento e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

## ELEMENTOS PARA A CONCEPÇÃO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ/RS

Em termos teóricos, uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais é compreendida como uma estratégia de desenvolvimento territorial construída por meio da oferta composta de produtos e serviços que valorizem recursos específicos de territórios rurais, a partir de um sistema de governança constituído por atores públicos, privados e associativos (Pecqueur, 2001). Com base neste referencial teórico, este estudo buscou analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços, no município de Porto Vera Cruz, o qual se localiza no Estado do Rio Grande do Sul e faz fronteira com o município de Panambi, na Argentina.

Assim como ocorrido em outros municípios periféricos da região Noroeste do Rio Grande do Sul, Porto Vera Cruz foi colonizado tardiamente, uma vez que a chegada dos primeiros imigrantes ocorreu na metade do século 20. É importante destacar que a ocupação do município ocorreu no terceiro e último ciclo de expansão da fronteira agrícola colonizadora no Estado, a qual havia sido iniciada com a chegada dos primeiros colonos alemães em São Leopoldo, mais de cem anos antes (Miguel, 2018).

Nos anos 90, buscando uma alternativa à produção de tabaco, a prefeitura de Porto Vera Cruz passa a incentivar a produção de frutas e oleícolas no município, principalmente nos estabelecimentos inseridos na Unidade de Encosta. O incentivo governamental teve efeito e em 2002 foi criada a Cooperativa dos Agricultores de Porto Vera Cruz (Coopovec). Desde então a cooperativa tem desempenhado um importante papel na comercialização de hortifrutigranjeiros. Especialmente nas áreas da Unidade Vale, desde os anos 90, percebe-se que a pecuária de corte se expande, tomando o lugar da produção de suínos e de grãos (Machado; Miguel; Tonin, 2022).

A partir dos anos 2000, por outro lado, foi a produção de leite que também passou a ter relevância na agricultura, desenvolvendo-se nas duas unidades de paisagem do município. O crescimento dessa atividade deveu-se ao dinamismo desta cadeia produtiva na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, entre os anos 2000 e 2010. A partir dessa dinâmica recente da agricultura é que são conformados três tipos principais de agricultores do município. São eles (a) os Agricultores Familiares Diversificados, (b) Agricultores Familiares Produtores de Leite e (c) Agricultores Familiares Produtores de Gado de Corte e Leite (Machado; Miguel; Tonin, 2022).

Desta forma, o município de Porto Vera Cruz é essencialmente agrícola, com base na agricultura familiar. Segundo a prefeitura, “As belezas naturais, esculpidas pelo tempo e pela geografia local, tornam Porto Vera Cruz uma referência no turismo regional” (Porto Vera Cruz, 2019). Neste sentido, a atividade do turismo rural está sendo priorizada pelos empreendedores particulares, locais e regionais, e apoiada pelo setor público, por meio de políticas públicas voltadas para este setor. Essa parceria entre atores públicos e privados é ponto fundamental na construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, tendo o turismo rural como elemento central (Cazella *et al.*, 2020).

Por conseguinte, a oferta turística do município é um diferencial. As entrevistas apontaram que, entre os atrativos mais procurados, pode-se destacar o Salto do Roncador (ver Figura 3), com aproximadamente 1.800 metros de extensão ao longo do Rio Uruguai.

Figura 3 – Salto do Roncador em Porto Vera Cruz/BR



Fonte: Prefeitura de Porto Vera Cruz. Disponível em: [https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/258-salto-do-roncador#album\[258\]/14/](https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/258-salto-do-roncador#album[258]/14/). Acesso em: 10 maio 2024.

O potencial turístico do Salto do Roncador pode ser constatado por meio do relato de entrevista. Segundo um dos entrevistados, “Vários empreendimentos estão localizados próximos ao Salto do Roncador. O turista tem várias opções de lazer, podendo desfrutar de atividades náuticas, passeios de barco, jet-ski, pescarias, trilhas ecológicas, arte, cultura, gastronomia, etc.”. Isso demonstra o potencial turístico e de associação com diversos serviços, proporcionados pelo Salto do Roncador.

Por outro lado, não foi apontada a vinculação do turismo rural com produtos de qualidade, como os produzidos pelas agroindústrias familiares do município. Mesmo assim, a importância deste local, para os habitantes do município, é evidenciado pela fala de um de seus moradores

Poder falar do nosso município é gratificante, temos uma riqueza indescritível. Fomos abençoados pela mãe natureza. Dentre muitos atrativos, podemos destacar o Salto do Roncador, queda d’água localizada no Rio Uruguai [...]. O Salto inicia no lado brasileiro e se estende por 1.800 metros. A comunidade do interior que é prestigiada com o atrativo possui o nome de Linha Roncador, devido ao barulho da queda desse Salto [...].

Outro local de turismo rural, em Porto Vera Cruz, diz respeito ao “Recanto da Natureza”, localizado na Linha Roncador, mencionada na citação anterior. Com o relato de entrevistas, foi possível notar que este local é banhado pelo Rio Uruguai e contempla um complexo turístico, com trilhas, caminhadas ecológicas, pomar com 180 variedades de frutíferas exóticas, museu com o resgate histórico da colonização do município, ateliê, caminho dos chás, trilha pedagógica sensorial, trilha da pizza, passeios de barco, hidroginástica, ilha de hidratação com quitutes elaborados pela equipe de proprietários do Recanto. Ressalta-se que este local pertence à iniciativa privada.

Em relação às festividades no município, foram destacadas a “Festa dos Navegantes”, realizada em fevereiro, a “Semana do Município”, realizada anualmente no mês de março, a

“Festa das Etnias”, que contempla as etnias alemã, polonesa e italiana, a “Festa da Vitória” da Batalha M’Bororé, realizada em março, e a “Festa das Frutas”, realizada anualmente em dezembro.

Já em relação à participação do poder público de Porto Vera Cruz nas ações de promoção do turismo rural, esta ficou evidenciada mediante a construção do porto público do município. Segundo um dos entrevistados, a criação deste local foi importante por se tratar de um anseio da população, pois até então não havia um ponto de acesso ao rio (Uruguai), seja para banhar-se no verão, saídas de barco a passeio, pescaria, entre outras atividades. A Figura 4 mostra o Porto Público de Porto Vera Cruz/RS.

Figura 4 – Porto público de Porto Vera Cruz



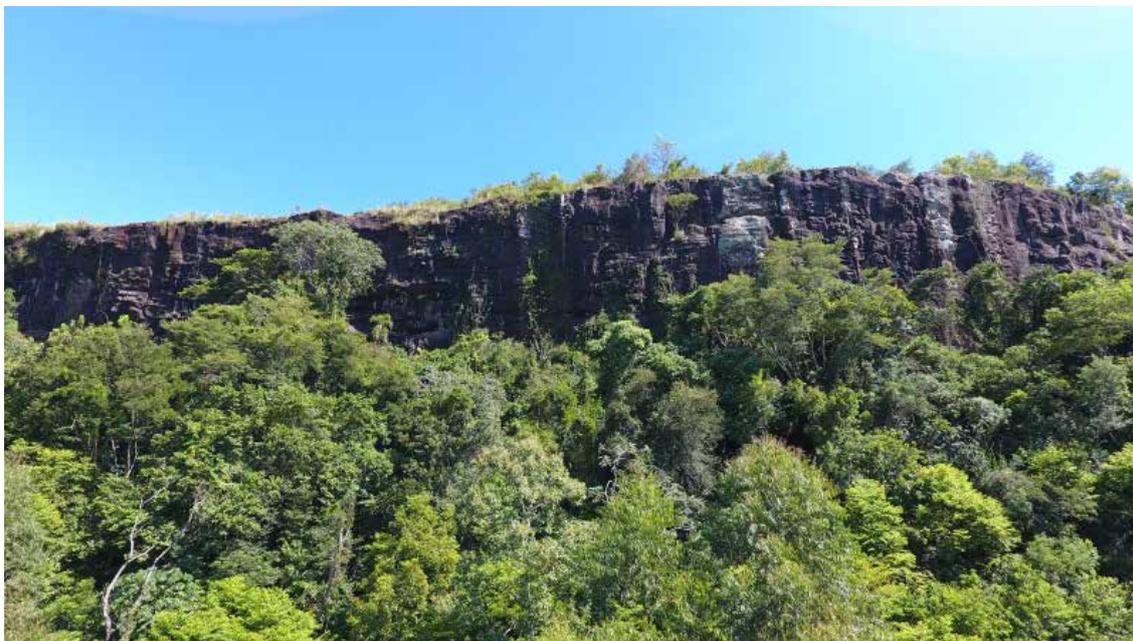
Fonte: Portal das Missões. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/2130/porto-publico-de-porto-vera-cruz.html>. Acesso em: 11 maio 2024.

O poder público de Porto Vera Cruz, por intermédio da prefeitura, atendeu às solicitações da comunidade local, em relação ao porto público. Dessa forma, o local foi revitalizado e modernizado, passando a atender à demanda de turistas que, cada vez mais, procuram por um “refúgio” na orla costeira.

Ainda com relação às obras do setor público em infraestrutura para o turismo rural, tem sido proporcionado, por meio de convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), cursos de capacitação na área do turismo rural. Além disso, foram construídos passeios públicos, asfaltamento de todas as ruas da cidade e troca da iluminação pública, com vistas a tornar o município mais atrativo aos moradores e turistas.

O “Paredão de Pedras” também foi mencionado como sendo um atrativo de turismo rural no município. Este local (Figura 5) tem aproximadamente 70 metros de altura, proporcionando uma vista deslumbrante do Rio Uruguai e da cidade de Porto Vera Cruz, além do que a cidade de Panambi, na Argentina, também poder ser avistada. A gestão deste local pertence à iniciativa privada.

Figura 5 – Paredão de pedras em Porto Vera Cruz



Fonte: Prefeitura de Porto Vera Cruz. Disponível em: [https://portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/256-paredao-de-pedras#album\[256\]/7/](https://portoveracruz.rs.gov.br/site/albuns/256-paredao-de-pedras#album[256]/7/). Acesso em: 29 maio 2024.

Mesmo se tratando de um ponto turístico do município, não foram identificados produtos ou serviços vinculados a esse local. Trata-se, portanto, de um local a ser mais bem examinado, na concepção de estratégias que vinculem serviços e produtos de qualidade a este local.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como forma de sintetizar os principais resultados da pesquisa foi elaborado o Quadro 1, como segue.

Quadro 1 – Locais de turismo rural e serviços associados

LOCAL DE TURISMO RURAL	TIPO DE INICIATIVA	SERVIÇOS ASSOCIADOS
Salto do Roncador	Pública	Passeios de barco e jet-ski, pescarias, trilhas ecológicas, arte, cultura, gastronomia.
Recanto da Natureza	Privada	Trilhas, caminhadas ecológicas, pomar com 180 variedades de frutíferas exóticas, museu com o resgate histórico da colonização do município, ateliê, caminho dos chás, trilha pedagógica sensorial, trilha da pizza, passeios de barco, hidroginástica, ilha de hidratação.
Porto Público	Pública	Banho, saídas de barco a passeio, pescaria.
Paredão de Pedras	Privada	-

Fonte: Autores, 2024.

Com base nestes resultados, esta subseção discute os principais resultados, contextualizando o ambiente de fronteira em que Porto Vera Cruz se localiza e tendo, como referência, autores que abordam a Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Desse modo, a região da fronteira Brasil-Argentina é marcada pela presença do Rio Uruguai e pode ser aliada ao avanço do turismo regional ligado às belezas naturais, entre outros atrativos turísticos. Atualmente as rodovias asfaltadas atendem à demanda da região, marcada pelas grandes distâncias da capital, dos portos e dos principais centros consumidores do Estado e do país (Bertê *et al.*, 2016).

No lado argentino da fronteira, o município de Panambi faz divisa com Porto Vera Cruz, separadas fisicamente pelas águas do Rio Uruguai. A bagagem cultural, como as provenientes das reduções jesuíticas, a música, as culturas em solos com características semelhantes, entre as cidades de Panambi e Porto Vera Cruz estimulam o aumento do intercâmbio de bens e serviços fronteiriços, principalmente quando são geradas situações cambiais para qualquer um dos dois países. Estes elementos são importantes na construção da Cesta de Bens e Serviços na região de fronteira, pois, como ressaltam Capellesso *et al.* (2022), a caracterização dos recursos de paisagem e turísticos passa a carregar a imagem territorial, uma identidade e um vínculo com a história do local, agregando, assim, um “valor” adicional ao produto ou serviço com estes atributos.

Por outro lado, é escassa a literatura que aponta para projetos de associação entre os recursos naturais e paisagens históricas com outros produtos e serviços, tanto no lado brasileiro quanto no lado argentino da fronteira. Nesse sentido, a importância de vinculação do território com suas características culturais e históricas são apontadas por Cazella, Dorigon e Pecqueur (2022). Estes autores destacam que o consumidor está de fato comprando a reputação de qualidade do território e suas características, ou seja, a vinculação de aspectos históricos e culturais agrega valor aos produtos e serviços de um determinado território, o que não ocorre no município de Porto Vera Cruz.

Como o município é pequeno (menos de 2 mil habitantes), o trânsito de turistas é essencial para que os atributos de produtos de qualidade territorial, como os provenientes de agroindústrias familiares do município, ampliem suas vendas para um público que muitas vezes está disposto e possui recursos financeiros para adquirir estes produtos, no entanto os locais turísticos, seja de iniciativa pública ou privada, não contemplam estratégias de vinculação destes espaços com produtos vinculados ao território. Desta forma, contando com variados locais de turismo rural, uma estratégia de construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais pode conceber uma “rota” entre estes pontos de visitação. Além disso, estes locais podem conceber espaços voltados à culinária local, com a presença de produtos agroindustrializados, ou ainda de origem étnica.

Assim sendo, mesmo com o potencial turístico, dos Santos e Rückert (2014) advertem que os atuais projetos de desenvolvimento direcionados ao território de fronteira entre Brasil e Argentina não contemplam uma sólida estratégia de governança e, dessa forma, estão deixando de vislumbrar a parceria entre países vizinhos, em que o turismo rural e histórico surge como diferencial a ser aproveitado de maneira integrada pelas comunidades brasileira e argentina. Desta forma, atores locais podem ser capacitados para o reconhecimento e valorização das características de qualidade que o território apresenta.

Permanece, deste modo, o desafio de se constituir uma estratégia de governança colaborativa entre atores públicos, privados e associativos, para a construção da Cesta de Bens e Serviços. Atualmente um sistema de governança, em Porto Vera Cruz, encontra-se em condição

preliminar, com iniciativas isoladas, tanto por parte de atores do setor público quanto do setor privado, embora, entre as entidades do setor público, exista maior cooperação. Trata-se de buscar estratégias de valorização e vinculação dos aspectos históricos relevantes (batalha de M’Bororé) e belezas naturais, como o Paredão de Pedras, que estimulem o turismo rural, associadas a produtos e outros serviços complementares que, no conjunto, podem conceber a Cesta de Bens e Serviços.

Para isso, autores que referenciam a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais elaboraram ferramentas que podem ser úteis, tanto na identificação e valorização de produtos e serviços de qualidade territorial quanto na elaboração de estratégias de governança. Nesse sentido, podem ser citados Turnes *et al.* (2022), pesquisadores que elaboraram um painel de indicadores para o monitoramento da instituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, o qual aborda os três pilares da Cesta: oferta de bens e serviços privados de qualidade; oferta de bens públicos de qualidade e o sistema de governança territorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o objetivo de analisar como produtos e serviços, vinculados ao turismo rural, podem compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) no município de Porto Vera Cruz. Desta forma, buscou-se analisar os atributos turísticos, à luz da abordagem territorial do desenvolvimento e, de forma específica, pelo referencial teórico/metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Por conseguinte, detectou-se que o território analisado possui paisagens e recursos territoriais com capacidade de composição da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, como o “Salto do Roncador”, local onde foi constatada a vinculação do turismo rural com uma gama de serviços, como passeios de barco, jet-ski, trilhas ecológicas e gastronomia.

A associação do turismo rural com outros serviços também foi constatada no local chamado de “Recanto da Natureza Traesel”. Foi possível notar que este local é banhado pelo Rio Uruguai e contempla um complexo turístico, com caminhadas ecológicas, trilha pedagógica sensorial, trilha da pizza, entre outros atrativos. Além disso, o município conta com variadas festividades anuais, com destaque para a “Semana do Município”, realizada anualmente no mês de março.

Não foi percebida, no entanto, a vinculação das iniciativas de promoção do turismo rural com outras características de qualidade territorial, a exemplo dos produtos provenientes de agroindústrias familiares. Nesse contexto, mesmo contando com serviços de qualidade, as estratégias de promoção destas qualidades não interagem entre si, tornando-se um obstáculo na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Neste sentido, a criação de um sistema de governança territorial pode contribuir para a valorização de produtos de qualidade no território, visto que a governança é um dos pilares na construção da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Desta forma, considera-se que um modelo colaborativo de governança, entre atores públicos e privados, apresenta-se como fundamental para que a Cesta de Bens e Serviços possa, de fato, ser construída. Para tanto, é necessário que atores locais sejam capacitados no sentido de estarem habilitados para o reconhecimento e valorização das características de qualidade que o território apresenta, podendo se apropriarem das ferramentas concebidas por pesquisadores que referenciam a Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Por conseguinte, o estudo fornece uma análise, até então pouco explorada pela literatura disponível, no que se refere ao potencial turístico em áreas rurais de Porto Vera Cruz, de forma

especial por perspectivar a concepção da Cesta de Bens e Serviços. Naturalmente, o estudo possui limitações tendo em vista seu recorte geográfico, ou seja, ensejou o estudo de um pequeno município do Noroeste gaúcho. Tendo isso em vista, fica a sugestão para que novas pesquisas investiguem a realidade de outros territórios, especialmente aqueles que apresentam características que justifiquem a opção teórica/metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. L. Rio Grande do Sul. Município de Porto Vera Cruz. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1143442>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- AIRES, J. D. M.; COSTA, C. M. M. da; BRANDÃO, A. F. F. A. Rumo a um conceito de inovação no turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 16, p. e-2577, 2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.
- BERTÊ, A. M. de A.; LEMOS, B de O.; TESTA, G.; ZANELLA, M. A. R.; OLIVEIRA, S. B. de. Fronteira Noroeste. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 26, p. 258-295, 2016.
- BOSA, E. *Raia e conservação ambiental: uma análise sobre a fronteira Rio Grande do Sul/Brasil-Misiones/Argentina*. 2019. 78 f. Trabalho (Conclusão de Curso – Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia – Licenciatura, Chapecó, 2019.
- BRASIL. *Turismo rural: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 68 p.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: Edusc, 2000.
- CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 9, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136>. Acesso em: 12 maio 2024.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 3-24, 2010.
- CAPELLESSO, A. J.; GARLET PAGLIOZA, L.; SLAVIERO, A.; DAL RI HEINECK, A. C.; PERIN, G. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 205-223, 2022.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.
- CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da “Cesta de bens e serviços territoriais”: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.
- DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022.
- DOS SANTOS, C. R.; RÜCKERT, A. A. *Turismo, fronteira e território: uma análise do território transfronteiriço missioneiro*. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro: Editora REBRAGEO. 2014.
- FONSECA, L. L. da. *O complexo hidrelétrico Garabi-Panambi (RS): a inserção do COSIPLAN-IIRSA em histórico missioneiro*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2017.
- HEIN, A. F.; SILVA, N. L. S. da. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2, p. 394-417, 2019.

- HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. *Économie Rurale*, n. 308, p. 55-70, 2008.
- IBGE CIDADES. Porto Vera Cruz. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-vera-cruz/panorama>. Acesso em: 18 maio 2014.
- KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 12, n. 27, p. 66-94, 2014.
- MACHADO, J. T. M.; MIGUEL, L. de A.; TONIN, F. Estratégias produtivas e reprodução socioeconômica da agricultura de Porto Vera Cruz, Rio Grande do Sul. *Revista Grifos*, v. 31, n. 56, p. 49-73, 2022.
- MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas, 2005. 421-437.
- MIGUEL, L. DE A. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- OLIVEIRA, J. L. S.; SILVA, J. V. da, TOMAZZONI, E. L.; PANOSSO NETTO, A. Análises da governança turística com base nas visões de ex-ministros do turismo do Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 16, p. e-2426, 2023.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. *Tourism Market Trends*. Madrid: World Tourism Organisation, 2004.
- PÉREZ, S. El valor estratégico del turismo rural como alternativa sostenible de desarrollo territorial rural. *Agronomía colombiana*, v. 28, n. 3, p. 493-499, 2010.
- PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PORTAL DAS MISSÕES. Porto Público de Porto Vera Cruz. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/2130/porto-publico-de-porto-vera-cruz.html>. Acesso em: 11 maio 2024.
- PORTO VERA CRUZ. Prefeitura. *História*. 2019. Disponível em: <https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/conteudos/2496-a-historia>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- PORTO VERA CRUZ. Prefeitura. *Salto do Roncador*. Disponível em: [https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/album/258-salto-do-roncador#album\[258\]/14/](https://www.portoveracruz.rs.gov.br/site/album/258-salto-do-roncador#album[258]/14/). Acesso em: 10 maio 2024a.
- PORTO VERA CRUZ. Prefeitura. *Paredão de Pedras*. Disponível em: [https://portoveracruz.rs.gov.br/site/album/256-paredao-de-pedras#album\[256\]/7/](https://portoveracruz.rs.gov.br/site/album/256-paredao-de-pedras#album[256]/7/). Acesso em: 26 maio 2024b.
- SANTOS, I. S. dos; ALVES, C. E. dos S.; DEWES, H. Produção científica no empreendedorismo rural relacionado ao turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 15, p. e-2037, 2021.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial. *Raízes: Revista e Ciências Sociais e Econômicas*, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2004. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.237>.
- SILVA, F. R. C.; GRECHI, D. C.; CARNEIRO, C. P. O turismo e o desenvolvimento regional na fronteira Brasil-Paraguai. *Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado*, v. 12, n. 29, p. 95-113, 2022.
- SOUZA, C. O. D. *Perspectivas de políticas públicas de turismo rural no Brasil*. 2020. 59 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. MG, 2020.
- TOSELLI, C.; TAKÁTS, A.; TRAVERSO, L. Análisis de la sostenibilidad en emprendimientos turísticos ubicados en áreas rurales y naturales. Estudios de caso en la provincia de entre ríos, Argentina. *Cuadernos de Turismo*, n. 45, p. 461-489, 2020.
- TURNES, V.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B.; GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 224-240, 2022.
- VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião pública*, v. 7, p. 1-15, 2001.

Parte da elaboração deste artigo contou com contribuições do seguinte projeto de pesquisa: Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

**Autor correspondente**

Darlan Ariel Prochnow

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui)

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional

Rua do Comércio, Nº 3000 – Bairro Universitário. Ijuí/RS, Brasil – CEP 98700-000

darlan.prochnow@sou.unijui.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.

